

NORMA EM CURTO: TRANSGRESSÕES *PASQUINIANAS*

Terezinha Bittencourt
Universidade Federal Fluminense

RESUMO: Este artigo tem por escopo discutir o conceito de correção idiomática, à luz da história dos acontecimentos políticos e sociais que, a partir dos anos sessenta do século passado, marcaram a nova orientação dos estudos linguísticos nas universidades brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: correção idiomática, gramática normativa, ideologia, imprensa

ABSTRACT: This article discusses the concept of idiomatic correctness in light of the history of political, social and economic events which, from the 1960's, marked a new direction of linguistic studies in Brazilian universities.

KEY WORDS: idiomatic correctness, prescriptive grammar, ideology, press

A década de sessenta do século passado, no ocidente, foi marcada por movimentos sociais que se transformaram em verdadeiras rebeliões populares. Revendo-se a história dos fatos que marcaram esse período, tem-se a impressão de que os segmentos oprimidos da população resolveram manifestar-se e soltar sua voz num protesto que refletia todas as contradições e conflitos ocultos na prática autoritária a que estavam submetidos. Todos os valores, símbolos, ideologias tidos até então como modelos transmitidos de uma geração a outra num pacífico processo de conformada aceitação são postos em xeque. É uma época de iconoclastia: nenhuma ideia, nenhum discurso, nenhuma atitude são apresentados sem antes serem questionados.

Quem primeiro solta a voz, rompendo o silêncio num grito de protesto são os jovens. Irrompe, assim, uma série de manifestações estudantis em diferentes pontos do planeta, cada uma das quais representando reivindicações específicas em função das condições sociopolíticas em que ocorriam, mas unidas em torno de um ideal comum: o de mudar o curso da história, transgredindo o *status quo*, desobedecendo às regras estabelecidas, subvertendo as práticas sociais vigentes. Uma nova cosmovisão começava a delinear-se, dando diferentes contornos à realidade, sem que a práxis tradicional desaparecesse, gerando, assim, um

confronto profundo entre os membros das duas gerações que procediam ao embate: a geração dos “velhos” e a geração dos jovens

Cada nova geração ocupa um espaço vazio, deixado pela geração anterior. Esta, que se constitui, evidentemente, de pessoas mais velhas, tenta incutir na que vai substituí-la seus próprios valores ou aquilo que julga importante seja mantido no seio da comunidade. A geração dos sessenta, todavia, ocupou esse espaço de forma *sui generis*, pois, além de não se conformar com a imposição do conjunto de regras transmitido pela geração precedente, tentou marcar sua presença com valores culturais específicos, entre os quais a linguagem sobressai, criados especialmente por ela e para ela.

É mister salientar que as mudanças só se tornaram possíveis porque o mundo estava ingressando numa era de razoável tranquilidade econômica, particularmente na Europa ocidental, onde a implementação do *welfare state* garantia aos filhos de classe média uma vida com a qual seus pais sequer ousaram sonhar. Entre nós, ainda que as facilidades fossem ínfimas se comparadas às do mundo industrializado, é inegável ter havido apreciável florescimento cultural e consideráveis melhorias econômicas nesse período, permitindo a explosão do número de jovens à procura de formação universitária. Comprova-se o expressivo aumento de candidatos ao ensino superior com as famosas passeatas estudantis de 1968, cuja principal reivindicação era o aumento de vagas nos cursos oferecidos (Aron, R. 1982, p.302-303).

A imprensa, por seu turno, não poderia deixar de sentir os efeitos desse clima cultural. Cumpria, por conseguinte, “inventar” uma nova linguagem que servisse, entre outras finalidades, à veiculação – por intermédio de uma nova roupagem - de novas ideias. O terreno já estava pronto para o aparecimento da chamada *imprensa alternativa* ou *imprensa nanica*, como era denominada, por oposição à chamada *grande imprensa*, representada pelos jornais de maior circulação da época, como o Jornal do Brasil, O Globo, Folha de São Paulo etc.

O Pasquim – cujo aparecimento ocorreu em 1969 - foi que inaugurou essa nova imprensa, servindo, mesmo, de paradigma para muitos outros jornais, vindos a lume posteriormente. Constituiu-se, no ínfimo espaço que a censura dos governos militares concedia, em polo de resistência à ditadura e de denúncia ao regime de força instalado pelo golpe militar, refletindo com fidelidade o período de transformações sociais que caracterizavam a época. O Pasquim funcionou como modelo não só para os jornais alternativos publicados posteriormente mas também para os jornais da grande imprensa que ele próprio tinha por fim criticar e combater. Sua aceitação em todo o território nacional foi tão grande, que surpreendeu seus próprios editores. Basta lembrar que o primeiro número

saiu com a tiragem de dez mil exemplares e, apenas quatro meses depois de lançado, já alcançava a espantosa cifra de 225.000 exemplares.

A influência sobre seu vastíssimo público leitor, estudantes de todo o Brasil, foi poderosa a ponto de criar uma legião de seguidores, que se autodenominavam “pasquimaníacos” e que adotavam (ou faziam questão de crer que adotavam) o *modus vivendi* propugnado pelo jornal. A palavra de ordem do jornal pode ser sintetizada na conhecida fórmula do “é proibido proibir”, criada pelos estudantes franceses de 68 e tomada como bandeira pelos jovens brasileiros.

De fato, O Pasquim surgiu como a resposta de alguns grupos sociais à situação de crise que se instaurara no tocante aos valores estabelecidos e sua função era, justamente, contestá-los. Para cumprir tal papel, o jornal tinha de possuir, *a fortiori*, determinadas características, tanto no aspecto formal quanto no material, que servissem como uma espécie de traço distintivo para opô-lo aos demais jornais, lidos pelos “velhos”, transformando-o, assim, numa espécie de “termo marcado” em relação aos outros veículos de imprensa. Além do humor irreverente, foi a linguagem empregada, sem sombra de dúvida, o instrumento de apelo mais forte junto à juventude da época. O emprego de expressões de gíria e de calão era deliberado, feito com o propósito de marcar as fronteiras entre o novo e o antigo jornalismo. Para mostrar de maneira explícita seu caráter intencional, muitos articulistas eram convocados a dar sua contribuição ao debate, discutindo com seriedade a questão em diferentes seções do jornal.

Na condição de membro pertencente à geração dos jovens dos sessenta e leitora do saudoso *Pasca*, pensei que ele pudesse fornecer precioso material de investigação de linguagem, sobretudo no que concerne às variações determinadas pelos fatores socioculturais e estilísticos, para a obtenção de certos efeitos de sentido no discurso. Selecionei, para minha tese de doutoramento (Bittencourt, 1999), um *corpus* constituído dos exemplares dos anos de 1970, analisando, em seus aspectos formais e semânticos, todos os textos (propagandas, entrevistas, cartas, artigos de opinião, charges etc) que compunham o jornal.

Encontrei, efetivamente, amplo material sobre variados temas de interesse da juventude da época (v.g. feminismo, preconceito, liberdade sexual, homossexualidade, drogas, hippies) tratados com inacreditável ousadia, sobretudo, considerando-se que estávamos atravessando a fase mais sombria da ditadura militar, os anos do general Garrastazu Médici. Ademais, o uso de gírias e de palavrões (apareciam sob a forma de asteriscos) já era, por si só, um corajoso ato revolucionário, tanto que serviu, depois da entrevista concedida pela atriz Leila Diniz, de pretexto para a prisão da equipe de jornalistas pelo temido DOI-CODI e para a implantação da censura prévia na imprensa.

Esperava de um jornal que se qualificava (e era qualificado por seus leitores) de “contestador”, “progressista”, “revolucionário”, “democrático”, “avançado”, voltado inteiramente para a *geração jovem*, e que rotulava os jornais da grande imprensa, lidos pela *geração velha*, de “caretas”, “tradicionais”, “ultrapassados”, “conservadores”, esperava desse jornal um comportamento igualmente transgressor, no que concerne ao conceito de correção de linguagem.

Entretanto, não só não encontrei transgressão alguma nesse sentido, mas ainda verifiquei que o próprio jornal e seus jovens leitores funcionavam como verdadeiros aristarcos, a terçar armas com qualquer um que se atrevesse a cometer o mais ínfimo desvio aos padrões de correção. Essa posição fica bem ilustrada nos comentários feitos pelo “respondedor” do jornal à carta de um leitor:

Vimos por meio desta expressar o teor do nosso brado de guerra contra este jornaleco, impúdico, cheio de malícias avançadas que não passam de revelação de mal caráter. Despedimos, esperando que este jornalzinho morra.

*A gente prefere que você continue vivendo, pois talvez consiga um dia escrever português corretamente (coisa indispensável a um crítico de quem escreve). Bonecos, não é “este jornaleco ou jornalzinho” e sim, “esse”, não é “impúdico”, é “impudico”, sem acento, não é “mal caráter”, mas “mau”, e despedimos deveria ser “despedimo-nos”, certo? (O Pasquim. RJ 23 a 29/9/70, n.66, p.2)

Vale lembrar que não se trata de uma carta isolada. Há muitas outras nas quais o “respondedor” faz comentários semelhantes, como no texto transcrito, a respeito de todos aqueles que cometem “desvios” verbais de qualquer natureza (ortográfica, sintática etc) no nível da norma. E mais: todos os textos – quer dos articulistas quer dos próprios leitores - são escritos num rígido padrão em relação às regras prescritivas. O conflito decorrente do choque irreconciliável entre o revolucionário projeto de uma nova linguagem e o emprego da norma estabelecida pela tradição gramatical fica mais evidente, quando se observa que os próprios jornalistas demonstram ter consciência da rigidez de tais regras e da vontade (nunca realizada) de infringi-las, como mostra o texto abaixo, escrito por Vinicius de Moraes, assíduo colaborador d’O Pasquim:

Perfis d’O Pasquim

Meu Maria [refere-se ao famoso cronista Antônio Maria], se você ainda estivesse por aqui, garanto que estaria na patota d’O Pasquim. Essa (que palavra chata) homenagem que prestamos, nós a fazemos também pelo seu pioneirismo. Você

foi o primeiro a liberar a língua do seu engravatamento vernacular. Você escrevia como vivia: livremente e sem medo, comprometido com o amor e candando e agando para as leis gramaticais. Sua regência era a da espontaneidade: natural como a fala dos que se comunicam sem formalismo e pé atrás. (O Pasquim, RJ 14 a 20/5/70, n.47, p.8)

O poeta, não obstante afirmar que segue o “pioneirismo de Antônio Maria”, ao “liberar a língua do seu engravatamento vernacular”, não leva a sério sua afirmação de estar “andando e agando para as leis gramaticais”, pois a norma por ele utilizada não revela a “espontaneidade dos que se comunicam sem formalismo e pé atrás”. Basta observar, no pequeno fragmento transcrito, o rigor no emprego do pronome demonstrativo, da pontuação e das regras de concordância, para concluir-se que o texto é integralmente construído de acordo com os preceitos da norma prescritiva. Note-se que não se faz concessão nem ao uso do pronome reto na função de sujeito (“nós a fazemos...” e, não, “nós fazemos ela”), fato que caracteriza o português falado no Brasil, sobretudo na linguagem coloquial, estilo empregado permanentemente pelos jornalistas d’O Pasquim.

Em virtude mesmo dessa contradição, os textos muitas vezes assumem um caráter artificial e caricaturesco, beirando até o ridículo, pois se pretende atingir um leitor jovem com gírias e palavrões, que se julga supostamente ser de seu agrado, mas, ao mesmo tempo, tal texto é vazado no mais absoluto “engravatamento vernacular”, como se pode constatar na seguinte propaganda de curso pré-vestibular:

Você ainda não fez vestibular? Ou já se (*) neste último? Por quê? Não fez cursinho! Ou fez um cursinho de (*)! Meteram-lhe uma (*) de matéria na cuca às vésperas do vestiba e você não morou em (*) nenhuma! Tem aulas em turmas grandes para (*)! Ninguém deu a mínima pras suas deficiências pessoais? Venha conhecer o Dinâmico. (O Pasquim, RJ 26/2 a 4/3/70, n.36, p.25).

Eugenio Coseriu (2001,p.17) adverte para o risco de se considerarem as línguas como entidades concretas, autônomas e independentes da atividade de fala, em virtude de tal concepção, além de não corresponder ao real linguístico, implicar uma série de perigos que podem conduzir o investigador a erros na análise do objeto. Entre os cinco “perigos” por ele arrolados, o que interessa mais de perto para a discussão do tema da correção, como procurarei mostrar depois, é aquele em que o mestre romeno trata da atitude do falante em relação à investigação levada a cabo pelo cientista. Diz ele:

Le danger que la conception naïve du langage, c'est-à-dire la conscience que les sujets parlants en tant que tels ont du langage, soit trop vite rejetée ou même ignorée. Or, si cette conception ne peut valoir comme une explication ou une interprétation du langage, elle doit cependant être considérée comme une condition importante et réelle de son fonctionnement, étant donné que le langage ne fonctionne pas pour les linguistes et grâce aux linguistes, mais bien pour les locuteurs et grâce aux locuteurs. Et, à cet égard, tout ce que le parlant naïf pense de sa langue est déterminant pour le fonctionnement de celle-ci: les opinions du sujet parlant à propos de la langue appartiennent, à la rigueur, à l'objet "langue" et, par conséquent, on ne saurait pas les ignorer. (Os grifos são meus.)

Se não é tarefa fácil, no âmbito de qualquer ciência, separar-se o sujeito da investigação do objeto investigado, atingir tal objetivo nas ciências da linguagem determina um empenho muito maior, já que ambos, objeto investigado e instrumento da investigação, são idênticos materialmente, assim como o sujeito cientista e o sujeito falante se consubstanciam numa única pessoa. Daí que, para o linguista, separar o *parlant naïf* que ele próprio é do observador dispensa um grande esforço de abstração, que, embora custoso, não pode deixar de ser perseguido e alcançado, sob pena de se distorcerem os fatos investigados.

Essa separação implica a distinção entre saber linguístico, concernente ao falante, e saber metalinguístico, atinente ao linguista. De um modo muito singelo e conciso, pode-se dizer que o primeiro diz respeito ao conjunto de regras e de unidades sócio-linguísticas que permite ao falante construir e interpretar textos numa língua determinada e o segundo, por seu turno, consiste na explicação desse conjunto de regras que compõe o saber linguístico do falante. Cabe, pois, ao linguista explicar não apenas as regras acionadas pelo falante para dizer algo, mas também *les opinions du sujet parlant à propos de la langue*.

As opiniões dos falantes, todavia, não têm sido, via de regra, levadas em consideração por alguns linguistas, quando tratam do espinhoso tema da correção idiomática. De fato, podem-se encontrar distorções conceituais e explicações falaciosas de toda ordem em muitos trabalhos que abordam o assunto, gerados pela desconformidade entre o que o falante sabe sobre sua língua e o que o linguista - que também é falante, e portanto, sujeito às mesmas coerções sociais - pensa acerca desse mesmo saber.

Faraco (2008), discutindo a questão do estabelecimento da norma culta brasileira, faz algumas considerações muito acertadas sobre a variação, mostrando a diversidade de construções à disposição do usuário para expressar-se. Todavia, como qualquer *parlant naïf*, opta, via de regra, em seu texto, pela variante abonada pelas regras prescritivas. Assim, afirma, a propósito da

contração da preposição com o pronome sujeito ou com o determinante de um sintagma nominal sujeito de uma oração reduzida de infinitivo, que “muitos consideram inadequada sua ocorrência na escrita culta”, e critica tal comportamento, dizendo que “não há, porém, para esse juízo prescritivo nenhum fundamento plausível” (2008, p.53). Não interessa aqui “se há ou não fundamento plausível” para tal regra, o que importa perceber é que o falante Faraco, em vez de optar pela construção que o linguista Faraco justifica, opta justamente por aquela estabelecida pelo “juízo prescritivo”, como exemplificam as seguintes passagens: “... e a urgente necessidade de a sociedade brasileira democratizar...” (2008, p.88); “... se deve ao fato de os autores desses bons instrumentos normativos, por serem estudiosos sistemáticos da língua...” (2008, p.95); “Pelo fato de a lógica incluir necessariamente uma discussão dos juízos...” (2008, p.134). Ainda refletindo o mesmo conflito entre o que o linguista diz e o que o falante faz, Faraco, a respeito da regência dos verbos *implicar* (= *ter como consequência, acarretar*) e *assistir* (= *presenciar*), afirma, sobre o primeiro, que “originalmente o verbo *implicar* neste sentido é transitivo direto[...] Passou a ser normal dizer e escrever *implicar em [...]*” (2008, p.91) e, sobre o segundo, que “os manuais da norma **curta** dizem que ele **exige** a preposição **a** (*assistir a um filme*). No entanto, os nossos bons instrumentos normativos reconhecem como adequado seu uso sem a preposição.” (2008, p.107). Parece, todavia, que o falante Faraco dá sempre, em seu texto, preferência às construções abonadas pela “norma **curta**”, como se pode constatar nos seguintes trechos transcritos: “Por isso, assistiu-se a uma longa polêmica em torno de qual variedade tomar...” (2008, p.146); “Isso implica entender a língua [...] Implica também desenvolver críticas[...]” (2008, p.162)

Bagno outro estudioso que se tem dedicado ao tema da correção, também permite perceber em seus textos a mesma contradição. Ao comentar a condenação do uso do gerúndio em determinada reportagem veiculada pela revista *Época*, cita uma canção popular portuguesa, em cuja letra se encontra a seguinte construção com o verbo *preferir*: “antes prefiro morrer/do que contigo viver”. A respeito da construção, condenada pelas regras da gramática normativa, diz o seguinte: “Aproveito para chamar a atenção para o *antes prefiro... do que*, indício de que os portugueses também ‘erram’ na hora de usar o verbo *preferir*... É claro que não erram coisa nenhuma, nem nós muito menos: simplesmente, lá como cá, o verbo passou por um processo de reanálise e teve sua referência alterada para melhor expressar a ideia de comparação.” (Bagno, 2009, p.45). Ainda que o linguista Bagno justifique a nova regência, argumentando em seu favor com o fato de “expressar melhor a ideia de comparação”, o falante

Bagno prefere a regência tradicional àquela empregada hodiernamente pelos brasileiros, como comprova seu próprio texto: “Ao comentar a declaração do ex-ditador brasileiro João Batista Figueiredo de que preferia o cheiro do cavalo ao cheiro do povo,[...]” (Bagno, 2009, p.117). Igualmente, na tradução, também opta pela mesma regência: “...a *Priscianus scribo* deveria preferir-se Priscianus scribit” (Bagno, 2001, p.43). Tecendo algumas comparações entre o “português brasileiro” e o “francês quebequense”, afirma que “em ambas as línguas também se verifica o desaparecimento do pronome *cujo* (*dont* em francês)” (Bagno, 2001, p.16), mas, surpreendentemente, traduz da seguinte forma do francês para o português o período: “Os gramáticos se extenuam em definir noções cuja validade eles não se dão o trabalho de verificar.” (Bagno, 2001, p.18) e ainda “..., cujo valor de caso não apresenta nenhuma ambiguidade.” (Bagno, 2001, p.40), comprovando, assim, que o pronome *cujo*, ao menos na variante de que ele se vale, continua dando mostras de estar vivíssimo.

Notam-se semelhanças conspícuas entre o comportamento de Faraco, Bagno e Vinicius de Moraes, quer na condição de sujeito que usa a língua quer na condição de sujeito que sobre ela reflete, pois suas “transgressões” são, a rigor, *pasquinianas*, no sentido de que o que dizem em suas reflexões metalinguísticas não fazem em seus próprios textos, atribuindo, assim, como qualquer *parlant naïf*, “um valor quase sagrado aos instrumentos normativos” (Faraco, 2008, p.88). Talvez tal comportamento seja resultado de que, enquanto falantes, sabem que “num meio de ouvintes ou leitores cultos, pode prejudicar o prestígio do expositor” (Camara, 1985, p.129) revelar o desconhecimento de tais regras. E, por isso, há de se dar razão a Coseriu (2006, p.118) quando argumenta que

la gramática normativa, com sus defectos, tiene buenas razones de ser; y que el liberalismo lingüístico es una actitud no democrática y reaccionaria que obliga al hablante a quedarse aislado y sin poder participar en la cultura mayor de una comunidad : presenta como libertad el “hable como quiera que la cultura la hacemos nosotros”, pero ellos mismos, los que presentan esta actitud como democrática, no hablan como aquellos cuyas libertades pretenden defender”.

Poderia enfileirar muitos outros exemplos dessa natureza, retirados quer dos textos d’O Pasquim quer dos textos dos próprios linguistas, mas os que foram transcritos acima bastam para ilustrar o que quero comprovar, no tocante ao problema da correção: o conflito entre a atitude do falante quando produz seu discurso e a atitude do linguista quando reflete sobre a linguagem. Tal

situação tem de ser compreendida no campo da ciência a fim de que possa ser superada, pois, além de revelar contradições, acarreta graves consequências para a política de idioma e, naturalmente, para o ensino de língua materna.

Não se trata de mero fruto do acaso essa polêmica em torno da correção idiomática ter retornado nos anos sessenta, pois foi nesse período, marcado pela iconoclastia e pelas “guerras culturais ideológicas do século XX” (Judt, 2011, p.27), que a linguística chegou às universidades brasileiras, apresentando um modelo de investigação da linguagem ainda desconhecido entre nós. Antes do advento da nova ciência, ou se estudava a língua sob a perspectiva da gramática normativa ou sob a perspectiva da filologia, ambas voltadas para a investigação do texto literário.

É preciso lembrar que combates dessa natureza não eram travados apenas no Brasil, dizendo respeito à vida universitária no ocidente de modo geral e, especialmente, na França (Judt, 2007; Dosse, 1993), que ainda não tinha perdido o lugar, para os Estados Unidos, de centro irradiador da cultura. As ideias discutidas pelos intelectuais franceses influenciavam fortemente o debate nas universidades brasileiras, porque, até aquele período, nosso modelo educacional tinha inspiração francesa. O tema da correção linguística, por seu turno, acabou por confundir-se com as discussões políticas travadas numa atmosfera de arrebatamento sectário, como ilustra a seguinte passagem:

Na sua conferência inaugural no Collège de France, Roland Barthes usou e abusou de suas técnicas para “liberar” pessoas e conceitos do poder, sob todas as suas formas; tudo o que controla, restringe e é, portanto, fascista; a destruição de normas linguísticas é, por analogia, um exercício liberador. (Judt, 2007, p.420. Os grifos são meus.)

A divisão ideológica, resultado da polarização política do pós-guerra, provocou o aparecimento de uma espécie de “ideocracia” (Aron, 1982, p.271), caracterizada por um maniqueísmo pueril, que punha em oposição duas categorias antagônicas, com fronteiras vagas e imprecisas, manifestadas, via de regra, pelas seguintes expressões: “povo”, “classe dominada”, “progressista”, de um lado, e “elite”, “classe dominante”, “conservador”, de outro. Essa dicotomia encontrou abrigo nas discussões acadêmicas, o que pode ser explicado pelo fato de o estudioso ser um cidadão comum e sofrer também as influências políticas do momento histórico de que faz parte. No entanto, se o emprego de tais termos – baseados em valores inteiramente impressionistas e subjetivos – pode encontrar sua justificativa nos efeitos retóricos perseguidos pelo discurso

político, mostra-se inteiramente impróprio e inadequado no âmbito da ciência, onde o rigor exige metodologia clara e dados objetivos. Tais rótulos – sobre serem indefinidos, redutores, simplistas e mistificadores (mesmo no terreno da política) –, no campo científico, engessam as ideias, intimidam o pesquisador e distorcem o real linguístico. Ademais, seu emprego traduz ainda indisfarçável arrogância autoritária, pois pressupõe a certeza de um suposto conhecimento acerca do que seja melhor ou pior para o “povo”, sem que este possa ser consultado, por se tratar de entidade abstrata, vaga, sem fronteiras definidas, quase sobrenatural.

Não resta dúvida de que, em qualquer sociedade, todos devem ser atraídos para o debate sobre a coisa pública, a fim de participar das decisões que terão reflexos na vida do país. No entanto, as posições políticas assumidas pelo cidadão não podem transformar-se em óbice para a reflexão crítica, sob pena de se fecharem os olhos às incoerências, aos equívocos e às contradições, sobretudo nas discussões que, de forma direta ou indireta, se refletem no trabalho científico. Por isso, a associação entre ciência e ideologia de qualquer natureza é, por princípio, espúria, devendo ser rejeitada e combatida. Quando tal associação é levada a cabo, habitualmente sob a égide de estados totalitários, produz resultados catastróficos para a pesquisa.

Os governos autoritários, para tentar legitimar seus atos discricionários, costumam convocar cientistas e intelectuais para a tarefa. Tal papel, em nome da ideologia, é muitas vezes aceito pelo pesquisador. Basta lembrar os fatos da história recente, como as brutais experiências com humanos feitas por cientistas alemães, em nome da ideologia nazista, para constatar as verdadeiras aberrações produzidas pelo infame casamento. Em nome da ideologia, na antiga União Soviética, por exemplo, N.J. Marr criou, tomando de empréstimo algumas categorias do pensamento marxista, doutrina linguística tão absurda e estapafúrdia que o próprio Stalin, a quem o estudioso queria bajular, combateu-a, proibindo-a por determinação oficial do partido (Coseriu, 2004, p.38).

Os fundamentos da ciência e da ideologia apontam para direções distintas e perseguem objetivos diversos: a ideologia (e a religião) parte de crenças e crenças baseiam-se na fé que se manifesta no discurso de autoridade. Por isso, o verdadeiro crente, “quando diante de uma evidência empírica ou lógica que está em aparente contradição com as exigências da fé, não tem outra escolha sensata a não ser negar o que ele vê, ouve ou pensa” (Judt, 2007, p.214). A ciência, por seu turno, orientada pelos princípios da identidade e da não contradição, expressa-se pelo discurso da razão, e tem por escopo discutir postulados, testar

experimentos e verificar hipóteses. A ideologia (e a religião) não está livre para divergir e menos ainda para contestar; a ciência, por seu lado, só pode ser levada a cabo onde há liberdade para questionar e discordar. De fato, como ensina Coseriu (2006, p.74),

la ciencia constituye un único universo de discurso (aunque internamente diferenciado, según las distintas ciencias, en cuanto se refiere a los significados manejados), ya que corresponde a un único modo de conocer que obedece a un criterio idealmente único: el de “decir las cosas como efectivamente son” em sí mismas [...], independientemente del sujeto empírico que las observa, las interpreta o experimenta con ellas, es decir, independientemente de las actitudes o de las opiniones y creencias precientíficas de este sujeto.

Em suma: enquanto a ideologia (e a religião) está sob o domínio do pensamento dogmático, a ciência, só pode estar – se não é farsa travestida de ciência - sob o controle do pensamento crítico e do ceticismo esclarecido. O comportamento do pesquisador tem de se guiar, pois, exclusivamente pela ética, o que implica excluir, por total incompatibilidade de fins, a ideologia (e a religião) do exame de seu objeto de estudo.

A linguística implantou-se nas universidades brasileiras nessa fase conturbada da história, cuja turbulência ainda foi mais aprofundada entre nós por causa do golpe militar de 1º de abril de 64. Por isso, não ficou imune, nem ela nem seus representantes, aos eventos políticos do período. Para impor-se como novo paradigma, a linguística precisava questionar o arcabouço teórico anterior, o que não podia ser feito sem embates, uma vez que havia, como era de se esperar, forte resistência por parte daqueles estudiosos habituados com o tipo de estudo já consagrado pela tradição.

Todos os que estudamos nos cursos de letras das universidades brasileiras nos anos sessenta e setenta tivemos oportunidade de assistir à e participar da celeuma entre o antigo e o novo modelo. Naturalmente que o primeiro era defendido, via de regra, pelos professores mais velhos e o segundo, pelos jovens docentes que iniciavam sua carreira universitária. Ambos os lados tentavam defender seus pontos de vista com muito ardor e com excesso de paixão, permitindo vislumbrar, numa visão retrospectiva, a confusão generalizada, funesta para a pesquisa, entre ciência e ideologia. Apenas à guisa de ilustração do panorama beligerante que caracterizou o período, transcrevo um pequeno fragmento do grande (e saudoso) filólogo Gladstone Chaves de Melo, representante dos docentes que pugnavam pela manutenção do ensino nos moldes da tradição:

[...]Porque reacionário é quem reage. Reage às agressões; reage, principalmente, contra as ideias que combatem as que tem por certas. [...]

Atulham as cabeças dos alunos com uma série de nomes abstrusos, quase todos terminados em *-ema*, e ficam os pobres diabos tontos ou às vezes, empavonados, repetindo coisas que não entenderam, dadas por quem talvez não as tenha entendido, [...] Geralmente nada sabem de funções sintáticas, nem de concordância, nem de regência, nem de colocação, mas falam em *taxema*, *sintagma*, *sema*, *lexema* e *lexia*, para, afinal, não ficarmos só nas rimas. (Melo, 1978, p. 27-33)

A intensidade das emoções decorrente do partidarismo ideológico, porém, transformou-se em obstáculo para a percepção dos estudiosos de que os dois modelos de investigação não eram excludentes, encontrando ambos sua legitimidade em diferentes planos de análise do fenômeno linguístico. De fato, o exame da linguagem verbal pode ser feito, conforme estabelecem as regras da lógica, nas dimensões ôntica (“Que é /Como é a linguagem?”) e deôntica (“Como deve ser?”). Na primeira dimensão, encontram-se a linguística teórica (v.g. Que é morfema/oração?) e a linguística descritiva (v.g. Como se manifesta o morfema/a oração na língua X?) - ambas com objetivos estritamente científicos de teorização da linguagem e descrição dos idiomas, respectivamente - e, na segunda dimensão, encontra-se a gramática normativa, que não tem caráter científico e atende a objetivos eminentemente práticos.

Mas, ao fim e ao cabo, o novo paradigma trazido pela linguística se impôs nos cursos de letras. E a guerra declarada nos anos sessenta entre os modelos antigo e novo terminou na universidade (só na universidade) por falta de combatentes, uma vez que os representantes da antiga geração ou já se aposentaram ou já faleceram.

Refletindo essas transformações, o ensino de língua materna, nos níveis fundamental e médio, hoje preconizado pelos estudiosos é muito diferente daquele propugnado pelos docentes de outrora. Além de insistir, acertadamente, na necessidade de centrar as aulas de língua portuguesa na produção e interpretação de textos de qualquer natureza, o novo modelo orienta os professores no sentido de repudiar com vigor o preconceito contra qualquer variante utilizada pelo aluno em sua atividade discursiva.

Todavia, apesar dos avanços alcançados nos planos da teorização linguística e da descrição idiomática, as aulas de língua portuguesa nas escolas revelam que os estudantes de letras assimilaram muito pouco ou de forma distorcida conceitos básicos da linguística. Os equívocos conceptuais e as confusões terminológicas, particularmente no que concerne à dimensão deôntica da

linguagem, constituem - não obstante a distância que nos separa do período conturbado dos anos sessenta – consequência direta da polêmica instalada nas universidades e refletem, ainda, a fase de paixões ideológicas que polarizou as discussões do período.

Os problemas relativos à correção idiomática, de cujo exame o linguista não pode abster-se, têm sido expressos, por força de terem voltado à cena depois dos atribulados anos sessenta, pelo discurso ideológico, o que implica ser investigado sem a serenidade e a racionalidade exigidas pela ciência. Não se trata de tarefa fácil, é necessário reconhecer, já que, antes de tudo, o investigador deve assumir uma posição tanto quanto possível distante (e desapaixonada) do objeto submetido a exame. Ademais, uma vez que o objeto investigado nesse caso específico é a língua, objeto empírico-cultural que o falante conhece (é seu usuário), suas opiniões acerca desse objeto não podem ser desconsideradas pelo pesquisador, porque “les opinions du sujet parlant à propos de la langue appartiennent, à la rigueur, à l’objet “langue” et, par conséquent, on ne saurait pas les ignorer”.

Se o falante reconhece o conceito de correção, o linguista, na condição de cientista, não está autorizado a condenar ou rejeitar ou repudiar *tout court*, suas opiniões, sejam tais opiniões expressas pelos jornalistas “da mídia reacionária”, pelos representantes das “classes dominantes”, pelo “senso comum”, pela “direita conservadora”, pela “esquerda progressista”, pelo “povo oprimido”, pela “elite opressora”, pois seu papel enquanto cientista, torno a destacar, consiste em explicar as razões pelas quais o falante, enquanto falante, age de tal e tal forma e, não, desprezar sua opinião por não se embasar nos “avanços da ciência da linguagem” (Bagno, 2009, p.138). O falante conhece sua língua como falante e, não, como linguista. Trata-se, a rigor, de contradição absurda pretender que se faz ciência sem ouvir o falante em todos os seus “vareios do dizer”, como diz nosso poeta Manoel de Barros. Essa situação perturbadora e confusa, com consequências graves para o usuário, já foi percebida e criticada por alguns estudiosos dedicados aos problemas relativos ao ensino de língua materna:

Simplemente criticar como “das classes dominantes” a linguagem que predomina nas escolas é uma atitude superficial. Há de ser aceito que o contrário é que poderia ser tachado de discriminatório, já que representaria negar aos alunos o ingresso nesse mundo “das classes dominantes” (Neves, 2001, p.327)

O conceito de correção idiomática, na nossa tradição, inspirou-se no modelo estabelecido pela Antiguidade greco-latina, em especial na *Téchne gram-*

matike, cuja autoria se atribui a Dionísio da Trácia. Todavia, é mister assinalar que, embora as regras de caráter normativo se manifestem de modo explícito e ordenado apenas nas sociedades letradas, uma vez que só a escrita goza das propriedades de fixar e registrar exigidas para as reflexões metalinguísticas mais acuradas (Auroux, 1992, p.18), a correção idiomática se encontra também entre povos ágrafos, como comprovam os trabalhos de Bloomfield com a comunidade indígena menomini dos Estados Unidos:

According to the scientists view of the matter, then, a small community of people speaking a uniform language, and above all, a community without schools or writing, would not distinguish “good” and “bad” language. When I first such studied such a community, I found, to my great surprise, that these distinctions were made, if perhaps less frequently than among us.

The Menomini Indians of Wisconsin, a compact tribe of some 1700 people, speak a language without dialectal differences and have no writing. Yet the Menomini will say that one person speaks well and another badly, that such-and-such a form of speech is incorrect and sounds bad, and another too much like a shaman’s preaching or archaic (“the way the old people talked”).(Bloomfield, 1970, p.152. Os grifos são meus.)

Quando faz considerações epilinguísticas, o *parlant naïf* se refere ao plano deontico da linguagem, aquele no qual se manifesta o “dever ser”, decorrente da dimensão histórico-social das línguas e, não, ao plano ôntico que ele, enquanto falante, sequer conhece. Tais reflexões manifestam-se tanto em singelas perguntas e declarações como “*Imexível* existe em português?”; “such-and-such a form of speech is incorrect and sounds bad”; etc. quanto em considerações relativas ao ensino de língua, como revela este pequeno fragmento de entrevista que abaixo transcrevemos:

-O estilo de sua escrita muitas vezes subverte a estrutura da língua portuguesa, atitude raramente valorizada pelos professores quando manifestada pelos alunos. O senhor acredita que há pouca flexibilidade na forma de lecionar o português? J.S. – A escola deveria ensinar a ouvir. Cabe a ela ensinar o aluno a escrever corretamente e também explicar por que as regras são assim, e não de outra maneira. Mas a escola não será o lugar onde se subverte e revoluciona a estrutura da língua. Essa tarefa pertence aos escritores, se estes consideram que têm motivos para o fazer. - A maneira como a língua é ensinada não influi no surgimento de novos estilos? J.S. - Os estilos saem do ovo da sua própria necessidade. Ensine-se a pensar claro e a escritura será clara. E, já agora, gostaria que houvesse uma luta

implacável contra o erro de ortografia. A língua é uma ferramenta de comunicação – de todas a mais perfeita, e as ferramentas (pergunte-se a um operário) têm de estar limpas e em condições de trabalhar eficazmente. - É difícil criar uma nova maneira de redigir quando existe toda uma norma culta que impõe regras a quem usa a língua? J.S. - Como eu disse, a escola não é o lugar em que se subverte a estrutura da língua porque ela não tem preparação própria suficiente para se arriscar nessa aventura. As regras são como os sinais de trânsito numa estrada. Estão ali para orientar e dar segurança ao condutor. Claro que é possível viajar por uma rodovia onde não haja sinais de trânsito, mas para isso é indispensável ser um bom condutor. Aí está a diferença.

Se o linguista deixar-se contaminar, em sua investigação, pelo ranço do discurso ideológico, certamente dirá que o entrevistado, no texto acima transcrito, deve ser algum porta-voz da “mídia conservadora” que quer impor a norma da “classe dominante” à sociedade. Mas encontrará muita dificuldade para explicar, com esses frágeis argumentos, como justamente tais declarações foram feitas por José Saramago, escritor que, conforme sabem todos os que apreciamos sua obra, além de ter origem humilde, sempre faz questão de deixar claras suas posições políticas que longe estão de poder ser consideradas “opressoras”, “reacionárias”, “conservadoras”, etc etc.

É curiosa a semelhança, até na escolha das analogias, entre as sagazes opiniões do falante José Saramago e as preciosas e seguras explicações do linguista J. Mattoso Camara, em obra infelizmente hoje relegada a injustificado ostracismo, na qual discorre em inúmeros capítulos acerca do tema da correção:

Muitas normas e convenções de gramática representam uma experiência longa e coletiva em matéria de expressão linguística, e acatá-las é seguir uma estrada batida e correr menos riscos,[...] é perfeitamente lícito afirmar que uma atitude de independência em face das regras gramaticais cabe de direito aos literatos, antes que aos que usam a língua com objetivo prático. Do literato espera-se uma visão pessoal em questões de forma linguística, já que a língua é a sua preocupação primária e a matéria-prima de sua arte. Não nos devem surpreender da parte dele soluções novas e efeitos inesperados; umas e outros, ao contrário, só podem causar estranheza e desconfiança nas condições comuns da vida social, e, na melhor das hipóteses, desviam para a forma linguística a atenção que se deveria concentrar no assunto concreto exposto. (Camara, 1985, p.15)

Não se trata de mera casualidade serem justamente os jornalistas e os escritores, profissionais cujo instrumento de trabalho primordial é a língua escrita, aqueles que mais se têm pronunciado acerca da correção idiomática,

como se pode constatar em diversas matérias publicadas em diferentes veículos da mídia impressa. Suas opiniões, sobretudo as dos jornalistas, por força das sanções a que se encontram expostos diariamente, se devem ao fato de eles se encontrarem em condições favoráveis que lhes permitem apresentá-las e discuti-las, a fim de que seus textos cumpram a finalidade comunicativa a que se destinam, seja tal finalidade de natureza predominantemente informativa ou expressivo-apelativa.

Ainda que na fala espontânea, sobretudo aquela do cotidiano, em que o falante produz textos simples, cuja finalidade está mais orientada para alcançar a satisfação de alguma necessidade imediata, também haja a manifestação do “dever ser” (dimensão deontica) da linguagem, é especialmente no texto escrito que tal comportamento se manifesta em sua plenitude. E não poderia ser de outra forma, pois a substância escrita apresenta características muito diferentes daquelas encontradas na fala. Por isso, as regras estabelecidas para sua manifestação servem “como os sinais de trânsito numa estrada. Estão ali para orientar e dar segurança ao condutor”, conforme mostra Saramago com surpreendente sensibilidade e perspicácia metalinguística, no texto atrás transcrito.

Diferentemente da oralidade, na qual o eixo pessoa/tempo/espço e a presença dos contextos facilitam a comunicação entre falante e ouvinte, na escrita, ao contrário, a situação enunciativa é bem mais complexa. Além de os entornos serem vagos e incertos ou mesmo desconhecidos do leitor, o escritor não está diante de seu leitor, que é sempre virtual em muitos casos (v.g. jornais, bulas de remédio, leis, textos científicos), e por isso não pode obter o *feedback* imediato, permitido pela atividade oral, a fim de desfazer qualquer possível interpretação equivocada. As regras prescritivas consistem, pois, - no texto escrito em especial - em recursos de que o escritor pode dispor para apresentar suas ideias com mais clareza, conforto e segurança, e acatá-las, como ensina Mattoso com sabedoria, “é seguir uma estrada batida e correr menos riscos...”

É inegável que se pode perfeitamente produzir um texto escrito sem o conhecimento das regras prescritivas, mas, como adverte Saramago, para isso “é indispensável ser um bom condutor”. Caso contrário, correm-se riscos desnecessários, especialmente em alguns tipos de textos, de não se alcançar a dupla finalidade da linguagem, em virtude dos possíveis mal entendidos e ambiguidades. Corre-se, também, o risco de se receber a temida sanção social, aquela que se apresenta normalmente como a sombra de um censor (visível ou invisível) e da qual procuraram precaver-se prudentemente tanto os jornalistas e leitores d’O Pasquim quanto Faraco e Bagno, ao produzirem seus próprios textos, como ficou visto mais atrás.

Quando o falante, na infância, começa a adquirir um instrumento linguístico, não recebe instruções metalinguísticas para falar. O processo ocorre, como em qualquer outra atividade, no próprio exercício: ouvindo falar e falando. No processo de aquisição da escrita, todavia, a metalinguagem não só é indispensável – ainda que seja muito singela – mas também é a primeira sistematicamente organizada que o falante conhece. Daí que, quando, na idade adulta, faz reflexões sobre a linguagem, estas invariavelmente se encontram voltadas para a escrita (Bloomfield, 1970, p.149), o que se pode comprovar com a confusão entre letra e som, com a tentativa de transpor para a fala sinais próprios da escrita e com os juízos de correção centrados na língua escrita. Também por essa mesma razão, o dicionário, que consiste num mero registro do léxico linguístico de uma determinada sincronia, na consciência do falante costuma apresentar-se como autoridade para dirimir dúvidas acerca do que “existe” ou “não existe” na língua.

Todavia, curiosamente, os dicionaristas nunca foram acusados de estar a serviço das “classes dominantes” e da “elite” por arrolarem as palavras com seus valores semânticos e respectivas grafias padronizadas impostas a todos. Os gramáticos do passado, ao contrário, cujo único propósito era atender às expectativas do falante no que respeita à dimensão deontica da linguagem, sofreram, injustamente, sentença condenatória, sem direito à apelação, não obstante suas preciosas lições ainda sejam seguidas à risca por muitos. De fato, antes de deitar ao fogo purificador a obra desses estudiosos, no auto de fé epistemológico iniciado nos anos sessenta, cada um, por precaução, tratou de guardar, para seu próprio consumo, um exemplarzinho de compêndio gramatical...

Pode-se até aceitar (parcialmente) que “a gramática tradicional despreza totalmente os fenômenos da língua oral”(2009, p.74), conforme afirma Bagno em tom de acusação. Mas o faz deliberadamente porque visa, em primeiro lugar, à língua escrita e a escolha desse objeto de investigação é tão legítima quanto a opção feita pela língua oral, objeto privilegiado pela linguística.

Os gramáticos, seguindo uma tradição ininterrupta de estudos que começa na Antiguidade, dispensavam tratamento especial à língua escrita, constituindo o *corpus* com o qual trabalhavam com os textos retirados de obras literárias de autores consagrados do passado. Cumpre destacar que, ao contrário do que diz o discurso ideológico, tais autores não poderiam (como mostram suas biografias) pertencer às “classes dominantes ultraconservadoras”, - se o critério utilizado para o estabelecimento das famigeradas classes é econômico - pela simples razão de que faziam parte das camadas médias da população. É possível afirmar, sem arriscar-se a ser prontamente contestado pela história, que

Camões, Vieira, Alencar, Machado de Assis, Drummond, para citar apenas alguns dos autores que com frequência aparecem nos *corpora* das gramáticas normativas, representem a “elite econômica” do país? Tamanho absurdo é evidente para todos os que se deixam guiar pelo bom senso. Por outro lado, se, nesse caso, o termo “elite” se refere a uma plêiade de intelectuais que souberam com maestria ímpar – reconhecida, ainda que de forma tácita, pelos usuários da língua - utilizar-se dos recursos que o sistema idiomático encerra, creio que a comunidade lusófona se sente muito bem representada, uma vez que continua a considerá-los modelos, uma espécie de ideal de perfeição linguística.

Ressalte-se também que, diferentemente dos linguistas da atualidade que contam com um aparato tecnológico cada vez mais sofisticado para servir às suas finalidades (gravador, computador etc) e com financiamento para suas pesquisas concedido pelas agências governamentais (Capes, CNPq etc), os filólogos e gramáticos, durante largo tempo, só puderam valer-se da produção escrita e de seus próprios recursos financeiros. De fato, não se pode perder de vista as dificuldades de toda ordem em que trabalhavam tais estudiosos, impostas tanto pela distância que separava o Brasil dos principais centros culturais, dificultando assim a aquisição de obras atualizadas, quanto pela ausência absoluta de qualquer estímulo à pesquisa. A precariedade, todavia, das condições em que trabalhavam não se transformou em escolho para nos legarem uma obra de altíssima qualidade, na qual importantes conceitos da linguística moderna – v.g. variação, mudança – já recebiam rigoroso tratamento, como se pode constatar em muitos de seus textos .

Cumpre ainda lembrar que, se antes de 1960 a maioria dos europeus jamais havia frequentado uma escola e menos ainda uma universidade (Judt, 2008, p.398; Hobsbawn, 1995, p.290; Aron, 1982, p.302), no Brasil, a situação educacional era ainda muito pior, pois, além de o índice de analfabetismo ser escandaloso, o número de cursos universitários era absolutamente inexpressivo. Não havia, portanto, é importante assinalar, antes dos anos sessenta, a classe social designada genericamente de “estudante universitário”, tal como hoje a conhecemos. Devido às grandes dificuldades econômicas enfrentadas pela maioria da população até a década de 50 – não se pode perder de vista as duas grandes guerras e o trágico período da chamada “Grande Depressão” que martirizaram o século passado - mesmo o jovem da classe média era obrigado a ingressar, recém saído da infância, no mercado de trabalho, uma vez que seus ganhos eram indispensáveis para compor o orçamento familiar (Judt, 2008, p.354).

Ora, se não existiam estudantes de nível superior no ocidente industrializado e rico, no Brasil - país cujo sistema educacional dispensa qualquer comentário

em matéria de atraso e de carência –, os detentores de diploma de nível superior formavam um segmento insignificante. Daí que a acusação feita aos gramáticos de tomarem um *corpus* artificial, produzido por escritores para fins estéticos, em vez de se basearem em textos produzidos por falantes “cultos” (=com 3º grau), tarefa que se levou a cabo posteriormente com o projeto NURC, baseia-se em falsos argumentos, ou melhor, em argumentos que não se sustentam na realidade, se considerados à luz das condições históricas do período no qual foram elaborados tais *corpora*. De fato, os gramáticos não poderiam usar um *corpus* retirado de uma classe que ainda não se havia constituído, ou melhor, que sequer existia como classe.

O projeto da Norma Urbana Culta (NURC), cujas ocorrências se valem dos textos produzidos oralmente por falantes com nível superior completo, não por acaso só foi criado em 1970. A rigor, só a partir de então começou-se a constituir um segmento estável formado por cidadãos com curso universitário completo que pudessem funcionar como informantes, a fim de permitir ao linguista responder à pergunta “Como falam os brasileiros “cultos” (= com nível de escolaridade de 3º grau) dos principais centros urbanos do país?”

Tal questão, importantíssima para a ciência, por permitir, com base numa metodologia rigorosa, a investigação de dados controlados, concerne à dimensão ôntica da linguagem (descrição idiomática) e, não, à prescrição das regras utilizadas no agir verbal. Entretanto, revela, ainda que de maneira disfarçada ou não deliberada, a preocupação com o plano deôntico, o que fica evidente na escolha do adjetivo “culto” que integra o nome do projeto. Era de se esperar que isso ocorresse, pois o linguista é falante e enquanto tal também conhece a necessidade das regras referentes ao plano do “dever ser”, exigidas por qualquer instituição social. E a língua, como já ensinava Saussure, também é uma instituição social, seguramente a mais importante de todas por ser condição e fundamento das demais.

Uma vez que o modelo dos gramáticos havia sido condenado, era mister estabelecer-se outro alternativo, fundamentado nos pressupostos da novel ciência. O modelo apresentado serviu aos propósitos do linguista, mas não, aos do falante. De fato, o projeto NURC não responde à pergunta do falante “Como deve ser?” - a única que, a rigor, o sujeito falante faz - e, cumpre destacar, nem se propõe a fazê-lo, pois tem por escopo fornecer dados, com base nos quais o cientista possa descrever os fatos linguísticos. Por isso mesmo, seus consulentes são os linguistas e, não, os falantes, que continuam à procura incessante de quem lhes possa responder, por exemplo, se “É *presidente* ou *presidenta*?”. E ainda que o linguista pondere, declarando que “tanto faz, pois

ambas as unidades pertencem ao sistema da língua, ao lado de *infanta*, *gerente*, *amante* etc, servindo, portanto, a igual propósito comunicativo”, o falante não ficará satisfeito e replicará com outra pergunta “Mas qual é o certo?” Porque, para ele, *parlant naïf*, a língua se apresenta, em sua consciência, homogênea, atemporal, estática, uniforme e identificada sempre com a variante prestigiada pela comunidade. E ele está sempre disposto a adotar os modos linguísticos dos sujeitos a quem atribui “superioridade cultural”, como comprova o conhecido fenômeno da hipercorreção, esteja ou não esta suposta “superioridade” baseada apenas em falsas impressões. Naturalmente que o cientista sabe (ou deve saber) que o prestígio, sendo aleatório, é fruto do acaso. Trata-se, como argumenta Coseriu (1979, p.77) “do prestígio de um sujeito em face de outros sujeitos, ou de uma comunidade em face de outra comunidade”.

Na verdade, essa atitude não se restringe à linguagem, estendendo-se a qualquer instituição social: vestuário, esporte, música, dança, arquitetura, artes plásticas, literatura etc. A comunidade atribui prestígio, baseada em diferentes razões, a determinados representantes de cada atividade cultural, de tal modo que eles passam a ser considerados modelos a serem seguidos pelos demais membros, constituindo-se em verdadeiras autoridades (o substantivo “autoridade” não deve ser confundido com o adjetivo “autoritário”) em seus respectivos setores. Se a comunidade adota esses modelos, o faz não por imposição das “classes dominantes” às “classes dominadas”, mas porque os valoriza, entendendo que, naquela área específica, seu(s) criador(es) tem(têm) competência para tanto. Não ocorre assim, por exemplo, no futebol, atividade na qual alguns jogadores são escolhidos para constituir a seleção (a escolha do termo “seleção”, aliás, demonstra de modo eloquente o fato), justamente por se lhes atribuir “superioridade” no trato com a bola? Por que, então, cumpre perguntar, seria diferente com a linguagem, se o instrumento comunicativo também se consubstancia como instituição social? É inteiramente justificável que, tal como ocorre com as demais atividades sociais, os falantes busquem, entre aqueles que dedicam seu exercício profissional a estudar a língua – gramáticos, filólogos, linguistas – as regras para pautar seu comportamento verbal. Os gramáticos, por seu turno, ao tempo em que desempenhavam o papel que hoje cabe (ou deveria caber) aos linguistas (na área da linguística aplicada que trata das políticas de idiomas), guiaram-se pela segura estrada longamente percorrida pela tradição grega, tomando como modelo para o estabelecimento de regras o texto literário.

O *parlant naïf*, em seu agir verbal, está voltado exclusivamente para o funcionamento do instrumento linguístico de que se vale para atender a sua finalidade comunicativa imediata. Por tal razão, não costuma fazer reflexões

metalinguísticas, a não ser quando ocorre o inesperado, o inabitual, o anormal, no sentido atribuído por Coseriu (1979; 2004) ao termo. Sua consciência de sujeito histórico manifesta-se tão somente no sentido de querer “*falar como outros*, isto é, como já se falou de acordo com a tradição” (Coseriu, 1979, p.65). O linguista, por seu turno, sabe que a língua não existe concretamente, porquanto é apenas um sistema e, como tal, fruto de uma abstração, só se manifestando em uma de suas múltiplas variantes em cada ato de fala. De modo que, para o linguista, “os menino saiu” ou “os meninos saíram” são apenas duas construções que realizam duas diferentes variantes do português. Mas ele também sabe que a comunidade elege, com base em critérios extralinguísticos, uma dessas normas, em detrimento da outra, a fim de realizar seu ideal de perfeição linguística.

A ciência não pode, portanto, desconsiderar a dimensão deontica da linguagem, como tem ocorrido. Essa advertência, aliás, foi feita há bastante tempo por um dos maiores nomes da sociolinguística, ao alertar que “this dimension of functional superiority and inferiority is usually disregarded by linguists, but it is an essential part of the sociolinguist’s concern”. (Haugen, 1982, p.103) A prova incontestável dessa recusa em reconhecer tal dimensão se revela, entre nós, na terminologia ambígua utilizada para referir-se à variante de prestígio: norma culta, norma gramatical, norma prescritiva, norma exemplar, norma padrão etc, sem que se tenha clareza a respeito do valor significativo das expressões. Em decorrência dessa confusa situação, exige-se do falante escolarizado o conhecimento da norma de prestígio, sem que se conheça o que se encontra nela abrigado e ainda sem que se saiba com segurança quem por ela responde.

Justamente por não ter atendido às expectativas dos falantes nessa dimensão – expectativas atendidas outrora pelos gramáticos/filólogos – a linguística deixou um lugar vago que tem sido preenchido, improvisadamente, isto é, sem basear-se nos dados de que a ciência da linguagem dispõe atualmente, por aqueles que, dentro da comunidade, por força de suas atividades profissionais, mais necessitam das regras relativas a tal dimensão: os jornalistas. A recusa de tratar dos problemas de linguagem relativos à referida dimensão é que tem determinado a publicação de “manuais de estilo” e o ressurgimento dos antigos “consultórios gramaticais” por alguns veículos de imprensa do país. E se “fazem sucesso entre os leigos”, como denuncia Bagno (2009, p.197) é porque os “leigos” - que são leigos em linguística, mas não em linguagem, já que são falantes - lhes atribuem autoridade. É sempre bom lembrar que são justamente os “leigos” a única razão de ser da linguística, já que “le langage ne fonctionne pas pour les linguistes et grâce aux linguistes, mais bien pour les locuteurs et grâce aux locuteurs”.

É mister salientar, ainda, que a norma linguística, como qualquer instituição social, não se impõe ao falante, que dela tão somente dispõe – se quiser acatá-la (e sempre quer, conhecendo-a ou não, por força da dimensão de alteridade da linguagem) – para manifestar-se. Seu caráter de obrigatoriedade deve ser entendido, como ensina Coseriu (1979, p.42), como “empenho ou compromisso contraído”, ou ainda, como “obrigação livremente consentida”, pois, “quien es sujeto de una actividad libre acepta, al mismo tiempo, ciertas normas de esta actividad, normas que son su deber ser” (Coseriu, 2006, p.114). Trata-se, destarte, de uma espécie de contrato social cujas regras são aceitas e adotadas pela comunidade. Claro está que tais regras, por dizerem respeito à língua, que é um objeto histórico – e, portanto, algo que se faz e se refaz continuamente na própria atividade – são sempre mutáveis, refletindo apenas um momento do conjunto de hábitos linguísticos que caracterizam o falar da comunidade.

Barros (1981, p.94-95), fundamentando-se na distinção entre sistema e norma apresentada por Coseriu, estabelece importante distinção entre norma social, norma padrão e norma prescritiva. Consoante seu entendimento, a primeira corresponde ao “como se diz”, a segunda, ao “como se diz melhor ou preferencialmente” e a terceira, por fim, diz respeito ao “como se deve dizer”. Naturalmente que, por serem tais normas espécies do mesmo gênero, isto é, da língua a partir da qual são feitas tais formalizações, há muito mais coincidência que divergência entre as três. E mais: uma norma acaba por fornecer elementos para a outra, havendo permanente trânsito entre os modos de dizer. É o que explica as diferentes construções com os verbos *assistir*, *implicar* e *preferir*, comentadas mais atrás.

A norma não é *curta*, como quer Faraco, nem está *oculta*, como diz Bagno, tanto que ambos a empregam com frequência em seus próprios textos. Ela está **em curto**, ou, para empregar uma antiga e bem humorada epígrafe d’O Pasquim, “está mais pra epa que pra oba”. Porque os linguistas – ainda como consequência do que ocorreu nas universidades nos anos sessenta - têm-se recusado a tratar da dimensão deontica da linguagem. Talvez até por temor de serem estigmatizados, como ocorreu com os gramáticos do passado, com aquela feira de elogios já conhecidos (“elitistas”, “conservadores”, “autoritários”...). Todavia, os linguistas não podem abrir mão de uma função que lhes pertence de direito. Cabe a eles traçar com clareza as diretrizes fundamentais para uma política precisa e definida do idioma, que será útil a toda a comunidade. E já não é sem tempo.

Referências bibliográficas

- ARON, Raymond. *O espectador engajado: entrevistas com Jean-Louis Missika e Dominique Wolton*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Edunicamp, 1992.
- BARROS, Luiz Martins Monteiro de & BITTENCOURT, Terezinha. Expressão oral e escrita: o pensamento de Mattoso Camara Jr. *Revista da Academia Brasileira de Filologia*, n.5, 2008, p. 154-163.
- BARROS, Luiz Martins, Monteiro de. *Princípios e métodos estruturais aplicados ao sistema verbal do português*. 1981 – 263f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- BITTENCOURT, Terezinha. *Jornalismo de transgressão: análise do discurso d'O Pasquim/1970*. 1999. 284f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BLOOMFIELD, Leonard. *Literate and illiterate speech*. In: HOCKETT, C.F. (Ed.). *A Leonard Bloomfield anthology*. Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1970, p.149-152.
- BOSI, Alfredo. *Ideologia e contraideologia: temas e variações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CAMARA, Joaquim Mattoso. *Manual de expressão oral & escrita*. 8ªed., Petrópolis: Vozes, 1985.
- CAVALIERE, Ricardo. Norma, exemplaridade e ensino do português. *Revista da Academia Brasileira de Filologia*, n.3, 2004/2005, p. 164-170.
- COSERIU, Eugenio & Lamas, Óscar Loureda. *Lenguaje y discurso*. Navarra: Eunsa, 2006.
- COSERIU, Eugenio. *Lições de linguística geral*. 2ª reimpr., Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.
- _____. *L'homme et son langage*. Louvain: Peeters, 2001.
- _____. *Sincronia, diacronia e história*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Edusp, 1979.
- DOSSE, François. *História do estruturalismo I: o campo do signo, 1945/1966*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Edunicamp, 1993.
- _____. *História do estruturalismo II: o canto do cisne, 1967 a nossos dias*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Edunicamp, 1994.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Unesp/Boitempo, 1997.

- HAUGEN, E. "Dialect, language, nation". *Sociolinguistics: selected readings* edited by J.B. Pride and Janet Holmes. New York: Penguin, 1972.
- HOBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914:1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JUDT, Tony. *O século XX esquecido: lugares e memórias*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- _____. *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- _____. *Passado imperfeito: um olhar crítico sobre a intelectualidade francesa no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
- LEITE, Marli Quadros. *Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro*. 2ªed. São Paulo: Humanitas, 2006.
- MAGNOLI, Demétrio & BANDEIRA, Elaine S. *Liberdade versus igualdade: o mundo em desordem*. Vol.1: 1914-1945. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- MELO, Gladstone Chaves de. O cultivo da língua literária. *Linguagem*. Niterói, n.1, 1978, p. 27-43.
- NEVES, Maria Helena de Moura. "Língua falada, língua escrita e ensino: reflexões em torno do tema". In Urbano *et al. Dino Preti e seus temas: oralidade, literatura, mídia e ensino*. São Paulo: Cortez, 2001.
- UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. *O ensino da gramática: caminhos e desaminhos*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- TEREZINHA BITTENCOURT. Doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo. Professor Associado de Linguística da Universidade Federal Fluminense. Membro da Academia Brasileira de Filologia.